

Regulamento dos Docentes Especialmente Contratados da Universidade Nova de Lisboa (UNL), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 16 de Agosto de 2010 (Despacho n.º 686/2010), e finalmente as normas específicas à FCT-UNL indicadas nos artigos seguintes.

Artigo 3.º

Regime de contratação

1) O pessoal docente especialmente contratado da FCT-UNL é contratado a termo certo, no regime de tempo parcial, ou excepcionalmente e fundamentado com a necessidade do serviço, no regime de tempo integral ou no regime de dedicação exclusiva; quando o regime de contratação é o de tempo parcial, as percentagens de dedicação deverão situar-se entre 15 % e 95 %;

2) De acordo com o artigo 32.º-A do ECDU, no âmbito de acordos de colaboração de que a Faculdade seja parte, ou no quadro da colaboração voluntária de docentes ou investigadores de outras instituições, podem ser contratadas, sem remuneração, para o desempenho de funções docentes como professores convidados, individualidades que satisfaçam os requisitos para contratação de pessoal docente especialmente contratado da FCT-UNL;

3) O contrato a termo certo é por um ano, renovável por um máximo de 5 anos quando o regime de contratação é a tempo parcial, ou por 4 anos nos restantes casos; excepcionalmente podem ser contratados docentes convidados ou visitantes pelo período de um semestre ou de um ano não renováveis;

4) As contratações que tiverem lugar devem ser publicitadas no site da FCT-UNL.

Artigo 4.º

Recrutamento

1) O recrutamento do pessoal docente especialmente contratado da FCT-UNL é realizado por convite do Conselho Científico (CC), nos termos do ECDU; a deliberação sobre o convite só pode ser tomada após autorização dada pelo Director da FCT, depois de verificar que estão asseguradas as condições financeiras para a contratação;

2) A iniciativa de apresentação de propostas de convite ao CC pode ser do Director, ouvido o Conselho Executivo, ou de um Presidente de Departamento, ouvido o respectivo Conselho de Departamento;

3) Sempre que o CC o determinar, ou o proponente assim decidir, a apresentação da proposta de contratação de um professor convidado poderá ser posterior à realização de um procedimento de consulta pública;

4) O convite está sujeito a parecer prévio da subcomissão para o pessoal do CC; se o parecer for positivo, o mesmo é comunicado ao CC e, se nenhum membro do CC requerer, no prazo de 5 dias úteis, a discussão e votação presencial da proposta em plenário, considerar-se-á que o convite foi aprovado por todos os membros do CC.

Artigo 5.º

Procedimento de consulta pública

1) O procedimento de consulta pública segue as normas estabelecidas no regulamento de concursos de pessoal docente da FCT/UNL com as simplificações a seguir indicadas;

2) O júri é substituído por uma comissão de pelo menos 3 membros, dos quais pelo menos um deve ser externo à FCT/UNL;

3) A comissão é nomeada pelo Director, ouvido o Conselho Executivo ou por um Presidente de Departamento, ouvido o respectivo Conselho de Departamento;

4) O peso dos critérios e indicadores a usar na ordenação dos candidatos deve fazer parte integrante da proposta de comissão, usando para tal os intervalos de variação definidos no regulamento de pessoal docente da FCT/UNL; poderão ser introduzidos critérios suplementares que não são, por limitações legais, possíveis em concursos públicos formais, como por exemplo privilegiar candidatos que tragam experiência de outras universidades;

5) Quando a consulta pública se dirige a mais do que uma área disciplinar, poderá ser dada ênfase a algumas áreas curriculares a concurso, através da indicação de área ou áreas preferenciais; esta indicação, quando existir, permite aos membros da comissão usar esse factor preferencial como um indicador suplementar para julgar os critérios mérito científico e mérito pedagógico do curriculum dos candidatos;

6) A apresentação do relatório de uma unidade curricular não é obrigatório; neste caso o peso atribuído ao mérito do relatório deverá ser transferido para o mérito pedagógico do curriculum dos candidatos;

7) Os anúncios a solicitar manifestações de interesse no exercício de funções de professor convidado são publicitados através dos meios e na língua para tal definidos pelo órgão responsável pela abertura do concurso; estes anúncios não necessitam de publicitar previamente os membros da comissão nem os critérios e indicadores a usar na seriação dos candidatos.

Artigo 6.º

Avaliação e renovação dos contratos

1) Os docentes especialmente convidados são sujeitos a avaliação nos termos especificamente previstos no artigo 20.º do Regulamento da Avaliação do Desempenho e Alteração do Posicionamento Remuneratório da UNL e no regulamento de idêntico âmbito da FCT/UNL;

2) As eventuais renovações anuais dos contratos são realizadas, se não existir oposição do Director, por proposta do Presidente do Departamento a que o docente está afectado, formulada até 2 meses antes da data de renovação, ouvido o Conselho de Departamento; o Presidente do Departamento pode designar um membro do Departamento para elaborar um parecer sobre a renovação do contrato.

Artigo 7.º

Serviço dos docentes especialmente contratados

1) Aos docentes convidados contratados em regime de dedicação exclusiva aplicam-se as mesmas condições que as previstas para os restantes docentes no ECDU e nos regulamentos da Prestação de Serviço dos Docentes da UNL e da FCT/UNL;

2) Nos termos do artigo 69.º do ECDU, o serviço docente dos docentes especialmente contratados em regime de tempo parcial é fixado contratualmente usando condições a estabelecer através de despacho do Director.

Artigo 8.º

Disposições transitórias

1) Aos docentes especialmente contratados antes da entrada em vigor do novo ECDU, cujo período final de contratação termine antes de 31 de Agosto de 2014, aplicam-se as disposições do antigo ECDU para efeitos de recondução, mas a data de termo definitivo do contrato terá de ser necessariamente anterior a 31 de Agosto de 2014;

2) A avaliação destes docentes é realizada nos termos do artigo 6.º;

3) A deliberação sobre a recondução só pode ser tomada após autorização dada pelo Director da FCT, depois de verificar que estão asseguradas as condições financeiras para a mesma;

4) A apresentação da proposta de recondução, dirigida ao Director, é da responsabilidade do Presidente de Departamento a que o docente está afectado, até 3 meses antes do fim do contrato, ouvido o respectivo Conselho de Departamento, e tendo em consideração a avaliação do docente; o parecer do Conselho de Departamento é emitido com base no *curriculum vitae* do docente e de parecer subscrito por dois especialistas;

5) Nos termos da lei, a recondução carece de parecer positivo do CC;

6) A recondução está sujeita a parecer prévio da subcomissão para o pessoal do CC; se o parecer for positivo, o mesmo é comunicado ao CC e, se nenhum membro do CC requerer, no prazo de 5 dias úteis, a discussão e votação presencial da proposta em plenário, considerar-se-á que o convite foi aprovado por todos os membros do CC.

204296868

Regulamento (extracto) n.º 98/2011

Conforme determina o artigo 12.º do Regulamento dos Concursos da Universidade Nova de Lisboa, publicado em anexo ao Regulamento n.º 687/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 158, 2.ª série, de 16 de Agosto, cabe a cada unidade orgânica aprovar a regulamentação necessária à definição dos critérios de avaliação, nomeadamente quanto ao peso relativo do desempenho científico, da capacidade pedagógica e de outras actividades relevantes.

O presente Regulamento foi aprovado na reunião do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em reunião plenária no dia 21 de Julho de 2010, e vai ser publicado em anexo.

26 de Janeiro de 2011. — O Director, *Fernando Santana*.

ANEXO

Regulamento de Concursos de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento estabelece as normas aplicáveis aos concursos para professores catedráticos, associados e auxiliares da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL).

Artigo 2.º

Legislação e regulamentos aplicáveis

Os concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares são realizados tendo em consideração os artigos 4.º (funções dos docentes universitários) e artigos 37.º a 50.º (finalidade dos concursos, funcionamento dos júris, etc.) do ECDU, Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, e o regulamento de Concursos de Pessoal Docente da Universidade Nova de Lisboa, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 16 de Agosto de 2010 (Regulamento n.º 687/2010).

Artigo 3.º

Áreas disciplinares dos concursos

1 — Os concursos para professores catedráticos, associados e auxiliares destinam-se a recrutar candidatos para exercerem a sua actividade numa ou mais áreas disciplinares do âmbito dos departamentos, ou sectores equiparados, da Faculdade, nomeadamente:

Ciências e Engenharia do Ambiente;
Ciências dos Materiais;
Ciências Sociais e Aplicadas;
Ciências da Terra;
Ciências da Vida;
Física;
Engenharia Civil;
Engenharia Electrotécnica;
Engenharia Mecânica e Industrial;
Informática;
Matemática;
Química;
Conservação e Restauro;
Ecologia da Hidroesfera.

2 — Os concursos poderão ainda ser dirigidos a área ou áreas disciplinares, do âmbito das Ciências e Engenharias, em que a FCT-UNL decida fazer novas apostas;

3 — A especificação da área ou áreas disciplinares a concurso serão aprovadas previamente, para cada concurso específico, pelo Conselho Científico da FCT-UNL. Sempre que a proposta de áreas disciplinares não coincida com a totalidade das áreas associadas a um dos departamentos, ou sectores equiparados, referidos no ponto 1), a proposta de abertura do concurso deverá conter todos os elementos que permitam verificar que a mesma está de acordo com o estabelecido no ponto 2 do artigo 37.º do ECDU, socorrendo-se para tal de classificações estabelecidas por organizações internacionais de referência na área científica relacionada.

4 — A fundamentação referida no ponto 3), quando se revelar necessária, integrará a proposta de abertura de concurso a enviar ao Reitor.

Artigo 4.º

Relatório de unidade curricular existente ou a criar

Nos concursos para professor associado e auxiliar é exigido que os candidatos entreguem um relatório sobre uma unidade curricular existente ou a criar na área ou áreas disciplinares do concurso.

Artigo 5.º

Documentação requerida e forma de a apresentar

O edital de abertura do concurso deve requerer que os candidatos entreguem a documentação a seguir indicada, sendo a correspondente às alíneas b), c) e d) apresentada em Português ou Inglês, ou somente em inglês nos casos em que a composição do júri o aconselhar ou tal seja decidido pelo Conselho Científico:

- a) Documentos probatórios exigidos legalmente;
- b) 12 exemplares em suporte digital do *curriculum vitae*; este deve incluir uma parte inicial intitulada *declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (research and teaching statement)* onde o candidato se apresenta;
- c) 12 exemplares em suporte digital das publicações associadas a de 3 a 8 trabalhos citados na *declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (research and teaching statement)*;
- d) Se o concurso for para professor associado ou auxiliar, 12 exemplares em suporte digital do relatório de uma unidade curricular existente ou a criar;
- e) Se o candidato não for de nacionalidade portuguesa, ou de um país cuja língua oficial seja o português ou o inglês, certificação reconhecida internacionalmente do domínio da língua inglesa a um nível que permita a leccionação nessa língua;

f) Declaração sob compromisso de honra de que se o júri optar por solicitar a documentação indicada nas alíneas b), c) e d) ou qualquer outra documentação científica citada no *curriculum vitae* do candidato, em suporte papel, a mesma será entregue em 10 dias úteis.

Artigo 6.º

Domínio futuro da língua portuguesa

Opcionalmente, a decidir concurso a concurso, poderá ser igualmente requerido aos candidatos que apresentem declaração sob compromisso de honra de que se não dominarem a língua portuguesa, e forem seleccionados no concurso, se comprometem a adquirir, no prazo de um ano após a assinatura de um eventual contrato, um nível de conhecimento de língua portuguesa (escrito e falado) que permita a atribuição de serviço docente sem quaisquer limitações de comunicação nessa língua com os estudantes. A avaliação desse domínio poderá ser requerida pelo Conselho Científico antes do fim do período experimental do contrato.

Artigo 7.º

Crítérios e indicadores de avaliação

São critérios de avaliação o mérito científico do candidato (MC), o mérito pedagógico do candidato (MP), dependendo do tipo de concurso, o mérito pedagógico e científico do relatório (MPCR) e o mérito de outras actividades relevantes para a missão da instituição de ensino superior (MOAR) que hajam sido desenvolvidas pelo candidato.

Na avaliação do mérito científico (MC) dos candidatos serão considerados os seguintes indicadores:

- 1) A produção científica realizada (livros, capítulos de livro, artigos em jornais científicos, comunicações em conferências, patentes, e outras formas de produção científica que sejam consideradas como relevantes pelo júri), em termos da sua qualidade e quantidade, valorizada pelo seu impacto e reconhecimento junto da comunidade científica. Deverá ser valorizado o mérito científico de candidatos cuja produção científica revele autonomia e liderança científica. O impacto e reconhecimento da produção científica dos candidatos poderão ser aferidos pela qualidade dos locais de publicação e apresentação dos seus trabalhos, e pelas referências que lhes são feitas por outros autores;
- 2) A capacidade de organizar e liderar equipas científicas, angariar projectos, assim como a actividade revelada na orientação de formação avançada (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos);
- 3) O reconhecimento científico nacional e internacional revelado pelo curriculum do candidato, através da análise de diversos factores, entre os quais se incluem a participação em júris de provas académicas realizadas fora da sua instituição de origem, a participação em painéis de avaliação de projectos e centros de investigação, a participação em comissões científicas de conferências, a criação e a participação no corpo editorial de jornais científicos internacionais, a atribuição de prémios científicos, a participação em redes de investigação e o exercício de cargos de direcção de sociedades científicas e profissionais de referência nas respectivas áreas.
- 4) O impacto social e económico da actividade científica desenvolvida. Deve ser dada particular atenção aos resultados alcançados em transferência de tecnologia e criação de empresas de base tecnológica.

Na avaliação do mérito pedagógico (MP) dos candidatos serão considerados os seguintes indicadores:

- 1) A actividade pedagógica do candidato tendo em atenção a capacidade de dinamizar e coordenar projectos pedagógicos, tais como o desenvolvimento de novos programas de disciplinas, a criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, a reforma de disciplinas já existentes, a participação em órgãos de gestão pedagógica e a realização de projectos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.
- 2) A produção de material pedagógico realizada pelo candidato, nomeadamente livros, artigos em publicações de índole pedagógica e documentos de apoio aos alunos nas suas várias formas e suportes.
- 3) A docência de disciplinas enquadradas em diferentes tipos de ciclos de estudos — licenciatura, mestrado, programas de doutoramento, cursos de pós-graduação e escolas de verão nacionais e internacionais.
- 4) A qualidade da actividade lectiva, a qual deverá apoiar-se tanto quanto possível numa análise objectiva dessa actividade. Com este objectivo, o júri poderá recorrer a informação disponibilizada pelos candidatos, nomeadamente através de relatórios de avaliação pedagógica realizada pelos seus pares, e do resultado de inquéritos pedagógicos.

Na avaliação do mérito pedagógico e científico de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático

das matérias de uma unidade curricular da área disciplinar, ou áreas disciplinares, a que se refere o concurso serão considerados (MPCR):

No caso de concurso para Professor Associado:

A clareza da sua estrutura e a qualidade de exposição. A actualidade científica do conteúdo e a adequação do programa proposto, incluindo a análise do impacto de futuras evoluções tecnológicas. A actualidade das metodologias de ensino/aprendizagem propostas. A bibliografia recomendada e a qualidade dos comentários sobre ela produzidos. A análise crítica das experiências pedagógicas em que tenha estado envolvido. A análise crítica de estratégias alternativas de ensino/aprendizagem que tenha considerado. O grau de inovação introduzido.

No caso de concurso para Professor Auxiliar:

A clareza da sua estrutura e a qualidade de exposição. A actualidade científica do conteúdo e a adequação do programa proposto, tendo em consideração a fronteira do conhecimento no domínio da unidade curricular. Caso sejam apresentadas, a qualidade das estratégias de ensino/aprendizagem que propõe. A bibliografia recomendada e a qualidade dos comentários sobre ela produzidos. O grau de inovação introduzido.

Na avaliação do mérito de outras actividades relevantes para a missão da Universidade Nova de Lisboa serão considerados (MOAR):

A participação e desempenho em órgãos de gestão das instituições em que esteve integrado. A participação e desempenho de tarefas atribuídas por órgãos de gestão das instituições a que esteve vinculado e que se incluam no âmbito da actividade de docente universitário. A participação e desempenho de tarefas de extensão universitária e de divulgação científica. O desempenho de tarefas de valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente através de prestações de serviços à comunidade.

Artigo 8.º

Ponderação dos critérios e indicadores específicos

1 — Cada membro do Júri efectuará o seu exercício de avaliação, pontuando cada candidato em relação a cada critério na escala numérica de 0 a 100 pontos. As ponderações atribuídas aos critérios e indicadores específicos são os constantes da tabela seguinte.

Critério	Ponderação do critério	Forma de cálculo da nota do critério
Mérito científico (MC)	P_{MC}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 70 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 a 30 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º
Mérito pedagógico (MP)	P_{MP}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º
Mérito de outras actividades para a UNL.	P_{MOAR}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MOAR).
Mérito pedagógico e científico do relatório.	P_{MPCR}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MPCR).

2 — Os pesos dos diferentes critérios serão fixados caso a caso pelo Conselho Científico para cada concurso específico. Os intervalos de variação admissíveis desses pesos são os que se indicam a seguir:

Professor catedrático

Critério	Intervalo de variação da ponderação
Mérito científico (MC)	$P_{MC} \square [50\%..65\%]$
Mérito pedagógico (MP)	$P_{MP} \square [30\%..45\%]$
Mérito de outras actividades para a UNL . . .	$P_{MOAR} \square [5\%..15\%]$

Professor associado

Critério	Intervalo de variação da ponderação
Mérito científico (MC)	$P_{MC} \square [45\%..60\%]$
Mérito pedagógico (MP)	$P_{MP} \square [25\%..40\%]$
Mérito de outras actividades para a UNL . . .	$P_{MOAR} \square [5\%..15\%]$
Mérito pedagógico e científico do relatório . . .	$P_{MPCR} \square [5\%..15\%]$

Professor auxiliar

Critério	Intervalo de variação da ponderação
Mérito científico (MC)	$P_{MC} \square [60\%..80\%]$
Mérito pedagógico (MP)	$P_{MP} \square [5\%..20\%]$
Mérito de outras actividades para a UNL . . .	$P_{MOAR} = 5\%$
Mérito pedagógico e científico do relatório	$P_{MPCR} \square [5\%..15\%]$

Artigo 9.º

Insuficiência de mérito absoluto

1 — Considerar-se-ão excluídos por admissibilidade os candidatos cujo *curriculum vitae* científico não corresponda à área ou áreas disciplinares objecto do concurso, ou que tendo a nacionalidade de um país cuja língua oficial seja diferente do português e do inglês, não demonstrem dominar a língua inglesa ou portuguesa.

2 — Considerar-se-ão também excluídos por insuficiência de mérito absoluto os candidatos que não obtenham pelo menos 50 pontos no critério mérito científico ($MC \geq 50$) do *curriculum vitae* ($MP \geq 50$).

3 — A decisão do júri sobre a admissibilidade de cada candidato será tomada por maioria.

Artigo 10.º

Audição pública dos candidatos

Quando houver lugar a audição pública dos candidatos a mesma poderá ser usada por cada membro do júri para aprofundar o seu exercício avaliativo dos critérios definidos no artigo 8.º ou dos elementos referidos nos artigos 5.º e 6.º que se referem ao domínio das línguas portuguesa e inglesa.

Artigo 11.º

Ordenação final dos candidatos admissíveis por mérito absoluto

1 — Cada membro do júri faz o seu exercício avaliativo pontuando cada candidato com uma pontuação final (N) que adoptará para seriação dos candidatos, calculada através da seguinte expressão:

$$N = P_{MC} * MC + P_{MP} * MP + P_{MOAR} * MOAR$$

no caso dos professores catedráticos;

$$N = P_{MC} * MC + P_{MP} * MP + P_{MOAR} * MOAR + P_{MPCR} * MPCR$$

no caso dos professores associados e auxiliares.

2 — A ordenação final dos candidatos será estabelecida votando o júri sucessivamente o candidato que fica em primeiro lugar, em segundo lugar, etc.

Artigo 12.º

Aprovação de propostas de concursos pelo Conselho Científico

1 — A abertura de concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares carece da aprovação pelo Conselho Científico de proposta ou propostas contendo os seguintes elementos:

Justificação do concurso,

A área ou áreas disciplinares de abertura do concurso e, se necessária, a justificação referida no ponto 3 do artigo 3.º,

Indicação de que a documentação a apresentar tem de ser redigida em português ou inglês ou somente em inglês,

Indicação se o requisito opcional referido no artigo 5.º deve ser contemplado,

A proposta de ponderações concretas dos critérios cujos intervalos de variação admissíveis estão indicados no artigo 8.º e, finalmente,

A lista dos membros do júri;

2 — Os artigos do presente regulamento complementados com os elementos referidos no ponto 1, na forma em que o Conselho Científico os aprovar, constituem a base do edital de abertura do concurso uma vez a sua realização aprovada pelo Reitor.

204296698

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Declaração de rectificação n.º 324/2011

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 12 de Novembro de 2010, o aviso (extracto) n.º 23259/2010, rectifica-se que onde se lê «com efeitos a 1 de Novembro de 2010» deve ler-se «com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010».

1 de Fevereiro de 2011. — O Director de Serviços, *Manuel F. Rocha Neves*.

204296381

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior Técnico

Despacho n.º 2781/2011

Por deliberação do Conselho de Escola, na sua reunião de 25 de Janeiro de 2011, e sob proposta do Presidente do Instituto Superior Técnico, foi alterada a redacção dos pontos 1 e 2, do artigo 4.º, do Regulamento de Remunerações Adicionais no âmbito de Contratos do Instituto Superior Técnico, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 1, em 3 de Janeiro de 2011, no Despacho n.º 46/2011.

A nova redacção do artigo 4.º do referido regulamento passa a ser:

«1 — A actividade a que se refere o pagamento foi concluída e ou o projecto foi encerrado, tendo libertado saldos, não estando pendentes quaisquer responsabilidades futuras nem existindo financiamentos condicionados ao resultado de auditorias.

2 — Para efeitos do número anterior, no caso de contratos com agências de financiamento, nacionais ou internacionais, considera-se o projecto encerrado quando são aceites os relatórios finais. No caso de projectos de prestação de serviços, considera-se a actividade concluída quando foram facturados e recebidos os serviços prestados.»

Assim, manda-se republicar na totalidade o Regulamento de Remunerações Adicionais no âmbito de Contratos do Instituto Superior Técnico.

26 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *António Manuel da Cruz Serra*.

Regulamento de Remunerações Adicionais no Âmbito de Contratos do Instituto Superior Técnico

Artigo 1.º

(Objecto)

Tendo em atenção o estabelecido no Artigo 70.º, n.º 3, alínea j) e n.º 4, do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), este regulamento estabelece as normas aplicáveis ao recebimento de remunerações adicionais no âmbito de participações em projectos e contratos entre o IST e outras entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

Artigo 2.º

(Aplicação no tempo)

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 3.º

(Âmbito de Aplicação)

O presente regulamento aplica-se:

1 — A todos os docentes, independentemente da sua ligação ao IST ser em dedicação exclusiva, tempo integral ou tempo parcial.

2 — Aos projectos e contratos de investigação e desenvolvimento levados a cabo no Instituto Superior Técnico, assim como aos projec-

tos desenvolvidos no âmbito de unidades de investigação, próprias e associadas, do IST.

3 — A contratos com outras instituições, independentemente do seu objecto, desenvolvidos no âmbito de protocolos de colaboração com o Instituto Superior Técnico.

Artigo 4.º

(Pagamento de Remunerações Adicionais em Projectos do IST)

O pagamento de remunerações adicionais no âmbito de um projecto ou contrato, desenvolvido e gerido pelo IST, está sujeito à verificação, cumulativa, das seguintes condições:

1 — A actividade a que se refere o pagamento foi concluída e ou o projecto foi encerrado, tendo libertado saldos, não estando pendentes quaisquer responsabilidades futuras nem existindo financiamentos condicionados ao resultado de auditorias.

2 — Para efeitos do número anterior, no caso de contratos com agências de financiamento, nacionais ou internacionais, considera-se o projecto encerrado quando são aceites os relatórios finais. No caso de projectos de prestação de serviços, considera-se a actividade concluída quando foram facturados e recebidos os serviços prestados.

3 — O saldo contabilístico e de tesouraria do projecto é positivo, após cumprimento de todas as obrigações do projecto, incluindo eventuais remunerações adicionais de todos docentes e investigadores envolvidos no projecto.

4 — O saldo global de tesouraria dos projectos coordenados pelo docente responsável do projecto é positivo.

Artigo 5.º

(Pagamento de Remunerações Adicionais em Projectos de Instituições Privadas sem Fins Lucrativos)

O pagamento de remunerações adicionais no âmbito de um projecto ou contrato, desenvolvido e gerido numa instituição privada sem fins lucrativos, que seja uma unidade associada do IST, está sujeito à verificação, cumulativa, das seguintes condições:

1 — Existe um protocolo de colaboração e cedência de recursos humanos que enquadra a actividade dos seus docentes na instituição privada sem fins lucrativos.

2 — O valor a ser pago em remunerações adicionais a docentes do IST, assim como todos os *overheads* relativos a projectos geridos na unidade já foi recebido pelo IST.

Artigo 6.º

(Avaliação do Mérito Técnico e Científico)

A determinação da conformidade com o n.º 4 do artigo 70 do ECDU é da responsabilidade do Presidente do Instituto Superior Técnico, que a poderá delegar:

1 — No Vice-Presidente para a Gestão Administrativa e Financeira.

2 — Nos Presidentes de Departamento

3 — Nos Coordenadores de Unidades de Investigação, Próprias ou Associadas do IST.

Artigo 7.º

(Procedimentos para Pagamento dos Suplementos)

1 — O montante a pagar ao docente como remunerações adicionais no âmbito da sua participação em projectos e contratos será determinado, caso a caso, por decisão do Presidente do Instituto Superior Técnico, ou do Vice-Presidente para a Gestão Administrativa e Financeira, sob proposta do coordenador do projecto, que mereça a concordância explícita do Presidente de Departamento onde o docente se integra.

2 — No caso do Presidente do IST, a decisão a que se refere o número anterior será tomada pelos restantes membros do Conselho de Gestão, que poderão delegar a competência no Vice-Presidente para a Gestão Administrativa e Financeira.

3 — A proposta de pagamento de remuneração adicional ao coordenador de projecto deverá ser efectuada por outro membro da equipa de trabalho no projecto, ou pelo Presidente de Departamento, ou pelo Presidente da Unidade de Investigação onde o docente se integra, conforme decisão do Presidente do Departamento ou quando este for o coordenador do projecto, do Presidente do IST.

4 — As propostas de remuneração adicional deverão ser feitas de acordo com os procedimentos para remunerações adicionais a docentes, definidos no capítulo de recursos humanos do Manual de Procedimentos do IST.

5 — Salvo excepções devidamente autorizadas pelo Presidente do IST, a remuneração anual total do docente, incluindo vencimentos e remunerações suplementares, mas não incluindo ajudas de custo e subsídios de refeição, não poderá exceder o valor de 150% do vencimento de um Professor Catedrático no último escalão.

204296446